

DESTAQUE POLÍTICO

"A greve é até uma
delicadeza com Sarney,
que está fora do País."

Newton Cardoso, governador de Minas.

INDÍOS AAVEPS Um manifesto dos parlamentares. Pela Amazônia.

Com o argumento de que o Brasil "não pode relegar a Amazônia ao empobrecimento permanente", 25 parlamentares de diversos partidos entregaram ontem ao presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, um manifesto em que pedem a retirada de dois artigos do projeto preparado pela Comissão de Sistematização — ambos impedem o aproveitamento dos minérios existentes no subsolo das terras indígenas. Os parlamentares argumentam que se tais artigos forem aprovados ficariam vulneráveis as fronteiras e a soberania nacionais no Norte do País.

Esses constituintes estão na linha de frente dos que são contrários à sugestão que o Conselho Indigenista Missionário enviou à Assembléia, propondo a não exploração das riquezas minerais nas regiões habitadas pelos indígenas. Na opinião do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), Sérgio Marinho Nunes, o Cimi, com tal proposta, pode estar sendo usado por concorrentes do Brasil na produção de casseterita.

"É evidente, por exemplo, que não interessa aos países asiáticos, como a Malásia, e a Indonésia, que o Brasil expanda sua produção de casseterita", justificou Nunes. "Mas a mineração tecnicamente bem conduzida é compatível com a preservação dos usos e costumes dos índios".

Por sua vez, o presidente da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais (CPRM), José Carlos Boa Nova, não acredita que já tenham sido autorizados 215 alvarás de pesquisas em terras indígenas a grupos multinacionais — "simplesmente porque existe uma proibição de governo nesse sentido". O que acontece, segundo Boa Nova, é que depois de concedido o alvará de exploração a uma determinada empresa, a Funai amplia a reserva indígena abrangendo aquela área. E os conflitos começam.

Esse assunto foi discutido ontem em um encontro entre empresários do setor, que manifestaram preocupação com o problema do cercamento às áreas indígenas e também com os dois artigos do anteprojeto da Constituição "que inviabilizariam a indústria de mineração no Brasil".

As denúncias de que haveria interesses estrangeiros e religiosos por trás da proposta do Cimi foram, endossadas ontem pelo presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, no Amazonas, Edgar Fernandes Rodrigues. No documento que apresentou, Rodrigues declara que os índios "são brasileiros e que defenderão seus interesses dentro do contexto brasileiro e sob a égide das leis brasileiras".

"Esses índios não são patrimônio da humanidade nem admitem sua preservação em xadoma de cristal", diz ainda o documento. "Eles não são apáticos nem, preguiçosos, como querem seus exploradores." Rodrigues denuncia o Cimi como "patrocinador do retrocesso" e, pessoalmente, diz que é favorável à entrada das mineradoras nas terras indígenas.

Rodrigues lembra que a Mineradora Capanema já executa pesquisas minerais na Serra da Traíra, no alto Rio Negro, há cerca de dois anos. Essa empresa, segundo o presidente da Funai, Romero Jucá Filho, tem processo de tramitação dentro do órgão, "mas a pesquisa se realiza por consenso com a comunidade indígena".